



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIVIANA MARTINS DA SILVA FERREIRA

**A FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
INFORMAÇÕES, APRENDIZAGENS E PRÁTICAS.**

MOSSORÓ/RN
2024

VIVIANA MARTINS DA SILVA FERREIRA

A FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
informações, aprendizagens e práticas.

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Dra. Fernanda Kalyne Rêgo de Oliveira

MOSSORÓ/RN
2024

A FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INFORMAÇÕES, APRENDIZAGENS E PRÁTICAS.

Viviana Martins da Silva Ferreira¹

RESUMO

O presente trabalho, discute a problemática da Formação Docente na Área da Educação Inclusiva e teve como ponto de partida a questão: Os professores da sala de aula regular sentem-se preparados para trabalhar com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e garantir com efetividade o processo de inclusão? Esta constatação fez desencadear a vontade de indagar se a prática docente dos professores emergem as linhas de formação na educação inclusiva. Um tema relevante, visto a importância que os professores devem ter em buscar aprimorar seus conhecimentos com formações continuadas assegurando o ensino e aprendizagem com mais eficácia. Os objetivos do trabalho é discutir e compreender o processo da formação docente, na área da educação inclusiva, que proporciona conhecimentos para desenvolver práticas pedagógicas que garantem aos alunos com necessidades educacionais especiais uma educação de qualidade. A discussão desenvolvida teve como base estudos sobre formação de professores para a educação especial, sendo a pesquisa realizada com análise bibliográfica conceitual e análise subjetiva de dados obtidos através de questionário aplicado com os docentes, constituindo uma pesquisa qualitativa que buscou compreender qual a opinião dos professores com relação a formação docente no desenvolvimento do trabalho com os alunos que tem necessidades educacionais específicas na sala de aula regular.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação inclusiva. Sala de aula regular.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva discutir sobre a formação continuada do professor para uma prática educacional inclusiva. A prática de ensino passou por várias mudanças ao longo da história da educação. Uma delas foi à necessidade de garantir que os alunos desenvolvam plenamente suas habilidades cognitivas, sociais e culturais, tornando-os participantes ativos do processo de aprendizagem.

Portanto, o ensino deve ser compatível com a saúde física e mental dos alunos, pois o processo de ensino-aprendizagem requer uma ação mediadora e articuladora dinâmica e contextualizada.

¹ Discente do Curso de Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado (AEE), pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: viviana-m2@hotmail.com

Na atualidade é fundamental entender que a função da escola deve estar associada às mais diversas situações, bem como a inclusão de alunos com deficiência. As situações de aprendizagem devem ser elaboradas com finalidades educativas nas quais o aluno seja visto como um sujeito ativo desse processo.

Assim como todos os alunos, o aluno com deficiência tem direito a uma educação de qualidade. Isso significa dizer que, de acordo com a legislação vigente a Lei Nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incluir a todos os estudantes no processo de ensino, sejam eles alunos com deficiência ou não, significando aceitar a diversidade humana nesse processo numa ação educativa, democrática e comprometida com a formação de cidadãos plenos.

De acordo com o Censo Escolar 2023, nos últimos anos as escolas tem recebido um grande número de alunos com necessidades educacionais especiais e um dos maiores desafios é promover um trabalho inclusivo para garantir a educação a todas as pessoas independente de suas necessidades específicas.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024) de todas as matrículas realizadas no ano de 2023 no país em relação as pessoas com necessidades educacionais especiais, em primeiro lugar com 53,7% são discentes com deficiência intelectual (952.904) e na segunda posição com 35,9% são estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), sendo 636.202 no total. Na sequência estão as pessoas com deficiência física (163.790), baixa visão (86.867), deficiência auditiva (41.491), altas habilidades ou superdotação (38.019), surdez (20.008), cegueira (7.321) e surdocegueira (693). E para complementar os dados obtidos, a pesquisa destaca que 88.885 estudantes possuem duas ou mais deficiências combinadas.

Ainda conforme a pesquisa, ao avaliar a faixa etária de 4 a 17 anos da educação especial, verificou-se que a taxa de matrículas de alunos incluídos em classes comuns vem crescendo gradativamente, na qual em 2022 era 94,2% e em 2023 passa para 95%. O levantamento estatístico da pesquisa compreende diversas etapas como a educação básica que é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e as modalidades de ensino formada pela Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional.

Desse modo, as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), como estratégia de inclusão, bem como as regulamentações vigentes garantem os

direitos as pessoas com deficiência em todos os ambientes, inclusive de forma prioritária na educação, e as discussões em torno do respeito as diferenças de cada um, são alguns dos avanços conquistados no processo de inclusão. No entanto, para garantir uma educação inclusiva, os professores precisam estar preparados com: formações adequadas para desenvolver o trabalho com alunos com deficiência e/ou transtornos; qualificação para atender a demanda e a diversidade de especificidades apresentadas dos estudantes, dentre outros conhecimentos que se tornam essenciais ao processo de inclusão.

De acordo com Aun (2021) em uma pesquisa realizada “sobre o que o brasileiro pensa sobre a educação inclusiva”, 67% das pessoas pesquisadas disseram que os professores não tem a preparação necessária para trabalhar crianças com deficiência. Nesse sentido, entendemos que é preciso maiores oportunidades de preparação com formações continuadas e informações constantes que venham contribuir e construir caminhos que possam ajudar na prática docente com os alunos com necessidades educacionais especiais.

Portanto, o objetivo geral desse estudo é discutir o processo da formação docente na área da educação inclusiva que proporciona conhecimentos para desenvolver práticas pedagógicas que possa garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais a educação de qualidade. E como objetivos específicos: Perceber de que forma a formação docente ou a falta dela, reflete no atendimento educacional especializado do aluno; Identificar o acesso e a oportunidade de formação ao docente; compreender quais estratégias adotadas pelo docente para atender as demandas apresentada pelo aluno; conhecer na visão dos professores o que pode melhorar na prática pedagógica no atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais.

Como proposta metodológica, optou-se por um estudo de caso, desenvolvida na Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, localizada na cidade de Mossoró, no qual buscou-se responder a seguinte indagação: Os professores da sala de aula regular sentem-se preparados para trabalhar com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e garantir com efetividade o processo de inclusão?

O tema proposto requereu uma metodologia voltada para uma pesquisa qualitativa, oportunamente foi aplicado um questionário estruturado com perguntas

abertas, cujas análises se deram por meio da análise do discurso. Como toda pesquisa, foi necessária uma revisão bibliográfica para conhecer a discussão dos autores em torno do tema, a aplicação de questionário com os professores da escola participante da pesquisa e a apreciação dos resultados obtidos.

2 REFELETINDO ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história nos mostra que as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade e não tinham acesso à educação escolar. As pessoas com necessidades especiais eram rejeitadas e consideradas impossibilitadas, principalmente no que se relaciona ao conhecimento.

As pessoas com necessidades especiais no decorrer da história foram vítimas de um processo de exclusão total, onde os mesmos eram considerados indignos da educação escolar. Na Idade Média as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade visto como doentes e incapazes principalmente na área do saber. (COSTA, et al, s.d.).

Minetto (2010) afirma que no final do século XIX as pessoas com necessidades educacionais especiais eram separadas em locais que tratavam a deficiência como se fosse uma doença. Então, começaram a surgir grandes instituições dedicadas às pessoas com deficiência para receber melhores cuidados.

Durante muito tempo a exclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais assumiu diversas facetas. Conforme fala Pereira e Santana (2012) na fase da segregação institucional, começa a considerar o desenvolvimento educativo com atendimento especializado nas instituições e depois surge a fase da integração, na qual os alunos com deficiência eram atendidos em salas especiais nas escolas.

Conforme Capellini e Mendes (s.d.) o conceito da integração foi surgindo para acabar com a exclusão social que se estendeu durante muito tempo. As instituições se especializaram em busca do melhor atendimento as pessoas com necessidades educacionais especiais, porém a inclusão social ainda não estava em prática.

O Estado Brasileiro, portanto, vem cuidando das tarefas de implementação dos direitos assegurados na Constituição. Talvez longe da velocidade esperada por esse grupo vulnerável, a sociedade brasileira, pelos poderes

constituídos, vem tratando da tarefa da inclusão social (ARAÚJO, s.d., p. 9).

Como argumenta o autor, a constituição de 1988 foi importante para implementar as leis referentes ao processo de inclusão, mesmo sem a agilidade necessária que precisa acontecer, mas com um olhar diferenciado.

Ainda sobre a Constituição Federal, Araújo (s.d.) diz que no art. 208, inciso III, o Estado deve garantir o atendimento educacional especializado a pessoas com necessidades educacionais especiais de preferência na rede regular de ensino.

Na evolução desse processo de conquistas pela inclusão social a Declaração de Salamanca abriu diversos caminhos para a prática da educação inclusiva, garantindo direitos que ao longo da história foram negados às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Cabe salientar, que é preciso reconhecer que a proposta da Educação Inclusiva foi deflagrada pela Declaração de Salamanca, a qual proclamou, entre outros princípios o direito de todos à educação, independentemente das diferenças individuais (ROGALSKI, 2010, p. 8).

Como afirma a autora a educação inclusiva passou a ser vista e reconhecida com mais intensidade com o surgimento da Declaração de Salamanca em 1994, trazendo princípios importantes como o direito à educação para todos respeitando as individualidades de cada um.

As lutas em busca de melhorias na educação inclusiva foram intensas, na qual gradativas conquistas foram sendo consideradas com as leis que vigoram até os dias atuais.

O objetivo principal é criar um ambiente educacional que acolha a diversidade e promova a igualdade de oportunidade para todos. Na prática, a educação inclusiva envolve a adaptação de práticas pedagógicas, estratégias de ensino, materiais didáticos e ambientes escolares para atender às necessidades individuais de cada aluno (FERREIRA, 2022, np).

O Sistema de Ensino inclui a educação especial como modalidade. Ela é organizada de acordo com a Política Nacional (2007) para melhorar os recebimentos da educação social e da educação inclusiva, cumprindo os dispositivos legais, políticos e filosóficos que fundamentam o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais definido como uma estratégia pedagógica que fornece recursos e serviços de atendimento educacional especializado para apoiar a

educação nas aulas comuns. Isso garante a educação e promove o desenvolvimento das capacidades dos alunos com necessidades educacionais especiais todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e inclui a educação especial como uma modalidade.

A inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos. É também um desafio. E, porque é um desafio, constitui-se como um valor, uma vez que nos obriga a tomar mais consciência da heterogeneidade e da ou das respostas a que ela nos obriga, também quando estamos na esfera da educação (Rodrigues, 2003, p.29, apud OLIVEIRA et al, 2019, p.448).

Segundo o autor a inclusão é um direito que provoca desafios de valores constitutivos, que nos ensina a ser mais conscientes da diversidade e das diferenças existentes na área educacional.

Como observa Báfica (2012), a mudança requer trabalho na escola que envolvem a modernização e o desenvolvimento de práticas que provoquem transformações.

Como é percebível as mudanças ocorrem, sejam de atitudes, regulamentações, opiniões, entendimentos. Conforme as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), existia um número restrito de pessoas que podiam frequentar os espaços sociais onde havia difusão ou criação do conhecimento.

3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço oferecido na própria escola para as crianças que apresentam necessidades educacionais especiais com o objetivo de identificar as necessidades específicas para serem trabalhadas, criando estratégias e organizando meios pedagógicos que possam ajudar a superar as barreiras para que a inclusão aconteça na sala de aula e na vivência do dia a dia. Esse atendimento ajuda a complementar as atividades que são realizadas na sala regular, e deve acontecer segundo a legislação, no espaço destinado ao atendimento que é a Sala de Recurso Multifuncional, sendo um ambiente preparado com vários materiais didáticos e pedagógicos acessíveis para as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades.

O Conselho Nacional de Educação especifica em sua Resolução CNE/CEB nº4/2009, colocando em seu artigo 5º que:

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, p. 2).

Conforme a citação o atendimento deve ser realizado em salas de recursos multifuncionais e no contraturno do horário de aula na sala regular, pois esse atendimento não substitui a educação escolar.

Para que o atendimento especializado possa acontecer é necessário a disponibilidade de um professor preparado para realizar o trabalho no AEE com formação na área da educação especial. Conforme o Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial (2009) para o professor atuar no Atendimento Educacional Especializado deve: identificar, elaborar, produzir e organizar serviços com recursos e estratégias que atendam as necessidades específicas do público-alvo; organizar planejamentos de atendimento com os recursos pedagógicos; fazer cronogramas de atendimentos de acordo com as necessidades de cada aluno; acompanhar o trabalho realizado com a aplicação dos recursos pedagógicos na sala de aula regular; buscar parcerias em outras áreas; orientar professores e familiares com relação aos recursos que podem ser trabalhados com o aluno; Orientar e utilizar os recursos da tecnologia assistiva; articular-se com os docentes da sala de aula regular quanto aos serviços ofertados e a disponibilidade de recursos e acessibilidade que podem ser trabalhados na escola; promover atividades que envolvam a participação da família e outros serviços.

O público que deve receber esse atendimento específico de acordo com o CNE resolução Nº 4 (2009) engloba os alunos com deficiência que tem limitações física, intelectual, mental ou sensorial. Também estão incluídos os alunos com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação.

De acordo com Sartoretto e Bersch (2024) a tecnologia assistiva são recursos e estratégias usadas para proporcionar melhores condições de realizar uma

atividade desenvolvida por uma pessoa que tem necessidades educacionais especiais, no qual beneficia a participação do aluno em diversas tarefas no dia a dia da escola.

São exemplos de tecnologia assistiva na escola os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para a mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros (SARTORETTO; BERSCH, 2024, np).

Em consonância com as autoras a tecnologia assistiva auxilia o trabalho e está presente na educação inclusiva com variados recursos que atendem as necessidades específicas dos discentes com necessidades educacionais especiais.

Portanto é através desse trabalho de atendimento especializado que se busca trabalhar o aluno e suas necessidades educacionais especiais para superar barreiras e desenvolver a autonomia para que a inclusão aconteça de fato na sociedade.

4 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Na perspectiva inclusiva, é necessário considerar o assunto da formação do educador, seus desafios e suas expectativas. A formação continuada do professor é importante para acompanhar as mudanças ocorridas na educação nas últimas décadas e tem se tornado um grande desafio para avançar em conhecimentos teóricos que possam ajudar na prática pedagógica. As concepções ajudam a complementar e ampliar os conhecimentos dos professores para aperfeiçoar a prática educativa, deixando-os mais seguros para enfrentar novos desafios e ofertar um ensino de qualidade. “A formação continuada fornece há todos os docentes, medidas significativas para desenvolver um ensino-aprendizagem qualitativo, significativo e um desenvolvimento satisfatório das habilidades dos educandos”. (OLIVEIRA, 2017, n.p.)

Nesse sentido o professor precisa ser aquele que inspira o aluno a acreditar, descobrir e desenvolver seus potenciais, ser o facilitador no processo de busca do conhecimento. O professor planeja as situações de aprendizagem adequadas a diversidade apresentada pelo educando, proporcionando oportunidade de desenvolvimento.

Na escola, as atividades devem ser aplicadas competentemente pelo professor/ educador, onde, o currículo deve ser democrático e flexível às necessidades de todos, pois os educandos com necessidades especiais têm suas limitações específicas de aprendizagem e devem ser respeitados em suas limitações, e jamais devem ser comparadas ou competir com pessoas normais (OLIVEIRA, 2017, np).

Conforme a autora o currículo da escola tem que ser flexível para atender as necessidades específicas apresentadas pelos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Proporcionar aos alunos apenas o acesso à escola não é suficiente, é indispensável atender as condições e necessidades que os mesmos apresentam para obter a eficácia no ensino. O professor, nesse caso, é o principal agente nesse processo de fazer acontecer a educação inclusiva na sala de aula regular, estar atento as mudanças que ocorrem na educação, ou seja, está atualizado e aberto para aprender e colocar em prática a educação inclusiva.

Quando a educação é orientada para a inclusão escolar, a proposta de trabalho em questão não corresponde a uma especialização, extensão ou atualização dos conhecimentos pedagógicos. Educar de uma maneira inclusiva significa redefinir os papéis dos professores, da escola, da educação e de métodos educacionais comuns no contexto excludente do nosso ensino em cada nível. A inclusão escolar é incompatível em um paradigma educacional tradicional, portanto, uma preparação do professor para nessa direção requer um design diferente das propostas de formação e profissionalização atuais em serviço que também muda, pois, as escolas não serão as mesmas, se aderir a esse novo programa educacional (MANTOAN, 2006, p. 54-55).

Conforme o autor o ensino direcionado a educação inclusiva, significa repensar na atuação dos professores na escola em relação aos métodos utilizados que as vezes podem apresentar um contexto de exclusão. É necessário pensar na preparação do educador para o contexto vivenciado atualmente e poder ofertar novas propostas de ensino.

Trabalhar a educação inclusiva na sala de aula regular é desafiador e requer a busca constante de novas estratégias que levem o estudante com necessidades educacionais especiais a evoluir na aprendizagem, na prática da autonomia para conviver melhor na sociedade.

A situação da educação escolar inclusiva não se limita ao aspecto didático-pedagógico. A inclusão escolar é também socioafetiva. O educando deve sentir-se acolhido e perceber que a diversidade não se constitui um obstáculo e sim um estímulo para a formação de consciência de todos os envolvidos no processo socioeducacional e afetivo (BRASIL, 2002, p. 3).

Conforme os autores a educação inclusiva vai além das atividades desenvolvidas em sala de aula, pois a convivência social e afetiva é muito importante para estimular a participação do aluno com necessidades educacionais especiais e das pessoas a contribuir no processo da educação inclusiva.

Brasil (2002) ainda destaca a importância do preparo dos profissionais da educação para trabalhar com alunos que tenham alguma necessidade educacional especial. “Cada necessidade é única e, portanto, cada caso deve ser estudado com muita atenção”. (BRASIL, 2002, P. 6)

Entre as competências necessárias apresentadas no artigo 18 da Resolução CNE/CEB número 2 de 11 de setembro de 2001, os professores especializados em educação especial devem estar preparados para observar quais as necessidades educacionais especiais apresentadas pelos estudantes, praticar e apoiar a flexibilidade na atuação pedagógica nas áreas do conhecimento, fazendo adaptações, procedimentos didáticos pedagógicos que estejam adequados a necessidade do estudante, trabalhar em conjunto com professores da sala de aula regular para promover a eficácia do processo educacional.

Assim, é necessário estar preparado para os novos desafios exigidos pela sociedade em diferentes contextos educacionais.

Na medida em que a orientação inclusiva começa ser inserida na educação regular, exige-se que o professor faça uma adaptação em sua forma de ensino, desenvolvendo atividades e práticas que visem a trabalhar as necessidades individuais de cada aluno de forma ainda mais cuidadosa devido à presença de pessoas com deficiência (OLIVEIRA; ZIESMANN; GUILHERME, 2017, P. 311).

Conforme os autores a educação inclusiva é parte do novo contexto educacional e que exige conhecimento e adaptações nas metodologias de ensino na escola e do professor que deve atender as demandas dos educandos nas etapas do ensino.

Considerando que toda mudança vai acontecendo de forma gradativa, os professores também estão se adaptando as novas mudanças do ensino inclusivo, aprendendo com base nas formações e na prática como lidar com o estudante que apresenta necessidades educacionais especiais, pois não há fórmulas para esse processo de ensino, mas a formação na área da educação inclusiva é a base para

adaptar e flexibilizar o currículo escolar no dia a dia, na convivência conhecendo as especificidades do aluno.

Assim, o professor necessita estar em constante aperfeiçoamento por receber em sua sala de aula alunos com necessidades e tempos diferentes de aprendizagem, (re)significando seus conhecimentos e viabilizando atividades educativas que amparem o máximo possível as necessidades de todos os sujeitos incluídos na escola regular (OLIVEIRA; ZIESMANN; GUILHERME, 2017, p. 307).

Desse modo, estar preparado para atender as necessidades dos alunos é importante, pois somente assim a educação inclusiva será capaz de acontecer, e possibilitar a participação e o desenvolvimento da aprendizagem. Conforme o Projeto Escola Viva do Ministério da Educação (2000) o professor deve desenvolver e praticar algumas ações como: designar condições para envolver o aluno com necessidades especiais nas atividades de escolares, contribuir na comunicação e interação na convivência diária, influir na busca de recursos materiais e adaptá-los para desenvolver o trabalho na sala de aula, utilizar diferentes formas de comunicação para os estudantes com dificuldades na oralidade e trabalhar a autoestima desses estudantes para que não se sintam inferiores aos outros. Portanto, obter esses conhecimentos é essencial para saber proceder no processo ensino/aprendizagem com os estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais. Nesse contexto é necessário também que os docentes saibam compreender as necessidades específicas de acordo com o tipo de deficiência apresentado pelo estudante, bem como, desenvolva atividades adaptadas, e tenha acesso aos recursos pedagógicos e ao uso das tecnologias que possam auxiliar no processo ensino aprendizagem.

Trabalhar em conjunto com outros profissionais que possam colaborar nesse processo e planejar as atividades adequadas, também é uma grande possibilidade. Assim como aponta a LDB em seu art. 59 no inciso III sobre a necessidade dos profissionais capacitados para atender os estudantes com necessidades educacionais especiais ressaltando que: “Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. (BRASIL, 1996, p. 44)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo desse estudo consiste em discutir como a formação docente tem contribuído para proporcionar conhecimentos na prática pedagógica na área da educação inclusiva para garantir uma educação efetiva de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O tema proposto teve uma metodologia voltada para a pesquisa qualitativa com estudo de caso realizada na Escola Municipal Nossa Senhora das Graças localizada na cidade de Mossoró. Partindo do problema de como os professores da sala de aula regular sentem-se preparados para trabalhar com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e garantir com efetividade o processo de inclusão. Para desenvolver a pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica, tendo como finalidade compreender inicialmente as discussões de estudiosos na área da educação inclusiva com um breve histórico sobre o processo da inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas, a importância do trabalho no atendimento educacional especializado e a importância da formação docente na área da educação inclusiva para atuar na sala de aula regular.

Realizou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, para os professores da escola participante da pesquisa, relacionadas ao tema na perspectiva de contribuir com as informações necessárias para a compreensão do problema proposto e concluiu-se com a apresentação dos resultados dessa proposta de estudo.

No desenvolvimento da pesquisa entendeu-se que os educandos com necessidades educacionais especiais já passaram por muitas exclusões sociais ao longo da história, até conquistarem direitos fundamentais para serem vistos com mais respeito e atenção na sociedade e nas escolas. Nesse sentido, os professores são peças essenciais para que as mudanças aconteçam, tendo a oportunidade de participar de formações na área da educação especial para saber trabalhar de acordo com as necessidades específicas dos estudantes que fazem parte desse público-alvo da educação inclusiva. Assim, em consonância com os autores estudados, a formação continuada é o complemento para se obter o conhecimento necessário e acompanhar as mudanças na história da educação para proporcionar um ensino de qualidade com adaptações no currículo escolar e desenvolver novas estratégias de atuação pedagógica.

Para complementar os dados da pesquisa bibliográfica, realizou-se um estudo de caso na Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, localizada na cidade de Mossoró-RN, que é composta por 28 funcionários, sendo 15 professores que lecionam nos turnos matutino e vespertino nos anos iniciais do ensino fundamental do 1º ao 5º ano. A instituição tem atualmente 262 alunos matriculados.

Do total de professores, participaram da pesquisa 12 docentes, respondendo às perguntas propostas no questionário de acordo com a sua realidade na sala de aula regular.

Quadro 1 - Dados dos docentes participantes da pesquisa

Público-alvo: Professores do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Descrição	Quantidade	Tempo de serviço na função (anos)	Sim	Não
Sexo	feminino	12	-	-	-
Idade	Entre 20 a 30 anos	1	6	-	-
	Entre 30 e 40 anos	3	8, 14,15		
	Entre 40 e 50 anos	5	3, 15, 16, 18, 20		
	Entre 50 e 60 anos	3	21,24,30		
Formação	Pós-graduação	12	-	10	2
Pós-graduação na área da educação especial	Educação especial, AEE e outras.	12	-	4	8
Formação continuada na área da educação inclusiva	Cursos com carga horária	12	-	7	5

Fonte: Autoria própria (2024).

No questionário aplicado para os docentes da escola participante da pesquisa, perguntamos inicialmente sobre como é trabalhada as especificidades dos alunos com necessidades educacionais específicas na sala de aula regular. A professora A destacou: “Por meio da observação inicial planejamos usando o mesmo

conteúdo, mas com adaptações de acordo com a necessidade e capacidade dela no momento.”

Já a professora F tem pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado e disse o seguinte: “Primeiro, procuro conversar com a família, conhecer o aluno, seus gostos, suas habilidades, a partir disso, faço o PEI para poder elencar estratégias a serem trabalhadas e metas a serem alcançadas.” As demais professoras foram enfáticas e responderam que buscam trabalhar o respeito na sala de aula e faz adaptações nas tarefas para que o aluno com necessidades educacionais específicas possa acompanhar as atividades.

Sobre a opinião dos docentes em relação as principais dificuldades para trabalhar a educação inclusiva na sala de aula regular os professores ressaltaram em suas falas que a infraestrutura da escola é inadequada, falta de material pedagógico adequado, há uma carência de acompanhamento da criança com necessidades educacionais especiais com outros profissionais e a ausência da compreensão e apoio familiar dificulta muito o trabalho inclusivo na sala de aula regular. Nesse sentido a professora A coloca: “Falta de material adequado, trabalho restrito em sala de aula e de responsabilidade somente do professor e da auxiliar. Criança que não faz terapias e sem acompanhamento familiar.” A professora F reforça em suas palavras que “As dificuldades são de acesso dos alunos com NEE aos atendimentos especializados médicos, a família ao enxergar a escola como um serviço de assistência e não como uma instituição educativa.” Nesse entendimento a professora L diz: “A maior dificuldade é quando temos um ou mais alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular sem professor especializado para ajudar e mesmo assim todos acham que é possível realizar um trabalho inclusivo sem material adequado e apoio de todos no processo de aprendizagem.”

Com relação a preparação para trabalhar os discentes com necessidades educacionais específicas na sala de aula regular, a maioria dos professores responderam que os docentes não estão preparados para trabalhar as especificidades dos alunos desse público-alvo. Assim a professora E responde: “Não. Desde a faculdade a prática para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais é um pouco deixada de lado, os profissionais caem de paraquedas e se sobrecarregam com as demandas.” Já a professora L afirma que “Não, pois não são todos os docentes que tem a oportunidade de fazer um curso de formação na área.”

No entanto, outros professores concordam em dizer que depende de cada situação vivenciada em sala de aula, pois os cursos de formação continuada ajudam no trabalho com noções para desenvolver estratégias. Assim, a professora F diz: “Atualmente há muitas formações para ajudar o professor em seu fazer pedagógico, cada aluno é único e os docentes com o conhecimento que possui, pensará estratégias facilitadoras para a aprendizagem de seus discentes.”

No que se refere a discussão sobre a escola como um todo está preparada para trabalhar com a demanda dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência ou demandas educacionais específicas, os docentes comentaram que a instituição não está preparada tanto na estrutura como em informações para todos os funcionários trabalharem juntos no processo de inclusão das crianças que são do público-alvo da educação especial, pois é importante que toda equipe se envolva no processo de adaptação e acolhimento do aluno e por isso nem todas as instituições escolares estão preparadas para receber os alunos com especificidades educacionais. Sobre isso a professora C comenta: “Não, infelizmente o preconceito, a falta de informação sobre determinadas necessidades ainda estão muito presente na escola.” A professora E reforça em sua fala: “Não. Todos os funcionários deveriam ter o conhecimento básico para trabalhar com todos os alunos, infelizmente esse aspecto é esperado e passado só para professores e auxiliares.” E a professora F diz: “A escola está no processo e a cada dia está caminhando rumo a inclusão, é preciso ter mais empatia, conhecimento e recursos metodológicos para incluir e garantir os direitos dos alunos com deficiência.”

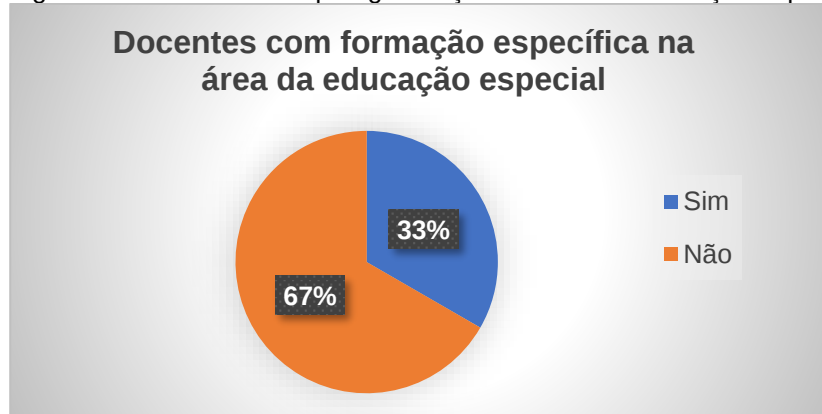
Na maioria das vezes, não são as barreiras arquitetônicas ou de comunicação as que condicionam a inclusão educativa de um estudante com necessidades educativas especiais na escola regular, mas as barreiras ideológicas e pedagógicas que se encontram na comunidade (BORSANI, 2014, np).

Em consonância com a autora, as barreiras que a educação inclusiva apresenta vão além de uma estrutura física de acessibilidade e da forma de se comunicar, mas ainda existem ideologias formadas por um grupo sobre a inclusão que as vezes não vem a contribuir com o processo educativo.

Perguntados sobre algum curso que tenham na área da educação inclusiva, alguns professores destacaram o curso de psicopedagogia que enfatiza sobre a questão da inclusão, curso sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA),

terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada), Curso de Libras e TDAH (Transtorno do Déficit de atenção com Hiperatividade), curso de Educação Especial e Inclusiva. Os demais falaram que não participaram de nenhuma formação na área. O gráfico a seguir mostra o percentual dos professores participantes dessa pesquisa, que tem ou não, formação na área da educação inclusiva.

Figura 1 – Docentes com pós-graduação na área da educação especial



Fonte: autoria própria (2024).

Sobre a importância da formação continuada na área da educação especial para desenvolver uma prática pedagógica mais inclusiva na sala de aula, todos os professores responderam que é muito importante para atualizar os docentes e proporcionar conhecimentos para que aconteça uma prática pedagógica mais inclusiva na sala de aula regular. Sobre essa questão a professora C responde: “Sim, a formação continuada é importante para que o profissional de educação compreenda as necessidades educacionais dos alunos e contribua no processo de ensino aprendizagem dos mesmos.” A professora F reforça que “Ajuda a melhorar a prática pedagógica, fazendo com que o professor reflita sobre o trabalho que está desenvolvendo e busque estratégias que facilitarão a aprendizagem dos alunos.” E a professora I diz “Sim, pois com ela aprendemos ter mais segurança para desenvolver um melhor trabalho.”

No processo de atuação na educação especial, o professor deve possuir requisitos como conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área, fundamentais como suporte da sua formação inicial e continuada (CARVALHO, 2015, p. 13).

Como afirma a autora o professor para atuar na educação especial necessita das formações específicas da área, que proporcionem amplo conhecimento para exercer a profissão e estudos que darão segurança e apoio no desenvolvimento da função.

Quando questionados se as formações continuadas para professores na área da educação inclusiva estão sendo suficientes para trabalhar as especificidades dos alunos com necessidades específicas na sala de aula regular e os docentes responderam que não estão sendo suficientes para atender as precisões dos alunos com necessidades educacionais especiais e que pode melhorar nesse sentido. A professora C comenta essa questão dizendo: “Não, os governantes deveriam elaborar mais políticas públicas voltadas para essa realidade, como sabemos o público alvo aumenta cada vez mais, porém existem profissionais leigos por falta de oportunidade.” A professora K diz “Não, acho que deveria ser mais regular, talvez uma vez por mês cada formação, porque demora muito tempo para acontecer.” E a professora L reforça: “Não, para se ter um ensino de qualidade tem que se pensar em qualificar melhor o professor com formações na área para desenvolver o trabalho com êxito.”

Na contemporaneidade, o debate sobre a formação dos professores apresenta-se como um grande desafio a ser enfrentado nas organizações escolares. Trata-se da compreensão das possibilidades das políticas públicas por promover a formação de indivíduos valorizadores da diversidade cultural e aptos a se inserirem, ao mesmo tempo, em um mundo plural, conflituoso, em permanente mudança (ÁVILA; SOUZA, 2020, np).

Como afirma as autoras a formação de professores precisa ser repensada essencialmente pelas escolas e pelas políticas públicas para proporcionar qualificação aos profissionais dessa área que trabalham diretamente com a valorização da cultura diversificada dos indivíduos em tempos de constantes mudanças no currículo escolar.

Por último foi solicitado para os professores comentarem sobre o que é possível realizar na própria escola para melhor atender os alunos com necessidades educacionais específicas e a maioria responderam que é importante a escola como um todo se envolver no trabalho desenvolvido com os alunos que tem necessidades educacionais especiais, promovendo encontros para formação e capacitação com mais frequência, palestras que ajudem a esclarecer e dar informações as famílias sobre como vivenciar a inclusão em qualquer ambiente e a participação dos funcionários que também necessitam de informações acerca do assunto. Assim a

professora A destaca a “Empatia, disponibilidade de recursos e ajuda de todos os funcionários.” Já a professora B diz: “Eu acho que deve preparar o corpo docente, a adaptação do projeto político pedagógico, uso da tecnologia e conhecer os estudantes de forma integral.” A professora E afirma que deve “Realizar formação para todos que trabalham na escola.” E a professora I reforça: “Desenvolver mais palestras para pais e professores como melhor trabalhar com o aluno.” A professora K também concorda em dizer que: “Dá mais apoio ao professor, disponibilizando os materiais adequados para trabalhar com o aluno, tirar um tempo para as formações do professor, promover palestras para as famílias dos alunos que também desconhecem muitas vezes o nível de necessidade da criança, como lidar com a situação, joga também para o professor a responsabilidade.”

Tendo em vista os aspectos apresentados, existe na fala dos docentes, uma necessidade de formações mais acessíveis na área para ajudar na prática pedagógica desenvolvida com o público alvo da educação especial. Essas formações precisam ser mais ofertadas pelo poder municipal e estadual e atingir um público mais amplo de professores, que não sejam somente os professores que fazem Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de apoio nas salas de aula, mas sim todos que desenvolvem o trabalho diretamente com o estudante para adquirir mais conhecimentos sobre como trabalhar as especificidades e buscar parcerias para que o trabalho na educação inclusiva possa caminhar e acontecer de forma efetiva dentro da escola. Observamos que os docentes participantes dessa pesquisa, com ou sem formação suficiente, buscam desenvolver dentro das condições e possibilidades o trabalho inclusivo na sala de aula regular para tentar atender as demandas. Em virtude do que foi mencionado, percebe-se o quanto é importante e necessária a formação docente na área da educação inclusiva, pois proporciona mais segurança e conhecimento, podendo ser promovida com mais frequência também dentro da própria escola, oportunizando e motivando todos os funcionários a participar, conhecer, aprender e adquirir informações acerca do assunto para mobilizar, ajudar e fazer parte do processo de desenvolvimento dos estudantes público-alvo da educação especial. Então, os professores poderão discutir com todos as experiências vivenciadas, obter mais informações e buscar o apoio de todos no processo educativo inclusivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente na área da educação inclusiva proporciona segurança para desenvolver metodologias específicas que trabalhe o aluno com necessidades educacionais especiais, ajudam a fazer adaptações curriculares e entender as especificidades do estudante. De certa forma, esclarece, norteia e amplia conhecimentos, atualizando o docente sobre as demandas da educação inclusiva atual. Qual o profissional que terá bases teóricas e práticas para desenvolver um trabalho seguro, em uma determinada área para atender as demandas, sem a formação inicial e a qualificação necessária na área específica?

A falta da formação docente reflete no trabalho com o aluno com necessidades educacionais específicas, pois é muito importante ter a base do conhecimento e informações na área da educação inclusiva para proceder de forma a proporcionar atividades adaptadas, trabalhar os demais alunos o respeito, a inclusão e conhecer de fato o educando que faz parte do público-alvo dessa área com suas especificidades para adaptar materiais pedagógicos e promover a participação do mesmo em sala de aula. Se o professor não conhecer princípios da educação inclusiva, ele não sentirá segurança em seu trabalho com o aluno específico.

O ambiente escolar deve oportunizar e ampliar as formações para todos os professores da sala de aula regular, pois muitas vezes limita-se apenas em proporcionar formações aos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e aos professores de apoio do aluno em sala de aula, enquanto o docente da sala de aula regular é cobrado para desenvolver estratégias e adaptar atividades que avancem o conhecimento do aluno com necessidades específicas, mas não são oportunizados a receber as formações da área específica. Nesse caso, as escolas podem trabalhar esse assunto com mais frequência, convidando outros profissionais que trabalham na área inclusiva para desenvolver palestras, formações e informações que ajudem a conhecer e trabalhar o aluno.

Assim os docentes buscam desenvolver um trabalho sobre o respeito e a aceitação do outro na sua diversidade, nas suas limitações. Tenta incluir o estudante envolvendo-o nas diversas atividades escolares, tentando adaptar as tarefas de acordo com os recursos pedagógicos ofertados pela escola.

Para que o educando com necessidades educacionais especiais possa receber um ensino de qualidade é necessário também que os professores que acompanham esse público possam ser especializados na área. Desse modo se faz necessário que a escola disponibilize recursos e acessibilidade para os discentes da educação especial, e os funcionários possam receber informações de como acolher esse aluno, para que toda a escola possa engajar-se em um trabalho com um ambiente acolhedor, inclusivo e de respeito.

Por todos os aspectos apresentados, estar preparado para receber os alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular é de fundamental importância para que o próprio professor se sinta mais seguro no desenvolvimento do seu trabalho diário e o educando sinta-se acolhido e incluído nas atividades realizadas na sala comum e na escola como um todo. Por isso, participar de formações na área da educação inclusiva é uma necessidade constante e urgente para que os docentes possam acompanhar as mudanças que a educação inclusiva propõe na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção das pessoas com deficiência na Constituição Federal de 1988: A necessária implementação dos princípios constitucionais**. S.d., p. 9-10. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/idoso-pessoa-com-deficiencia-crianca-e-adolescente-a-protecao-das-pessoas-com-deficiencia-na-cf-de-88-a-necessaria-implementacao-dos-principios-constitucionais> . Acesso em 01 de agosto de 2024.
- AUN, Heloisa. **Educação inclusiva: como ser um professor capacitado para atender pessoas com deficiência**. Guiaderodas, 14 de julho de 2021. Disponível em: <https://guiaderodas.com/educacao-inclusiva-como-ser-um-professor-capacitado-para-atender-pessoas-com-deficiencia/> . Acesso em 02 de junho de 2024.
- ÁVILA, Izabel Cristina Galião; SOUZA, Ana Cristina Marques de. **Desafios da docência: enfrentamentos do fazer pedagógico na formação dos professores na contemporaneidade**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 16, 5 de maio de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/16/desafios-da-docencia-enfrentamentos-do-fazer-pedagogico-na-formacao-dos-professores-na-contemporaneidade>
- BÁFICA, Ana Paula Souza. **Educação inclusiva: uma análise sobre inclusão escolar**. Revista Espaço Acadêmico Nº 128, janeiro de 2012, p. 93-101.
- BORSANI, Maria José. **Adequação curricular: construindo uma escola inclusiva**. Diversa, 30 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/adequacao-curricular-escola-inclusiva/>. Acesso em 19 de agosto de 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2022.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2024.
- _____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 5 de junho de 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> acesso em 02 de agosto de 2024.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**/Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001, p. 19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> . Acesso em 04 de agosto de 2024.
- _____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução Nº 4 CNE/CEB, Brasília, 2 de outubro de 2009, p. 2. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf . Acesso em 04 de agosto de 2024.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2009, p. 4.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados**. Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC: SEESP, 2002, fascículo 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec_adaptados.pdf Acesso em 01 de agosto de 2024.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2024.

_____. Ministério da Educação. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. **Alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000, p. 10 - 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf> . Acesso em 11 de agosto de 2024.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Ministério da Educação**. Lei 9.394/96; MEC; Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em 11 de agosto de 2024.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Eunicéia Gonçalves. **História da Educação Especial: Em busca de um espaço na história da educação brasileira**. UNESP/Bauru, s.d., p. 4. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO_S/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2024.

CARVALHO, Joscileide Benícia dos Santos. **A importância da formação de professores na escola inclusiva: estudo de caso da escola**. Classe nº 64 de Ceilândia Sul-Brasília/DF. BRASÍLIA, 2015, 46 p. Disponível em: https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/15756/1/2015_JoscileideBeniciaDosSantosCarvalho_tcc.pdf. Acesso em 19 de agosto de 2024.

COSTA, Denise Ferreira da; et al. **Educação Inclusiva: Breve Contexto Histórico das Mudanças de paradigmas**. Disponível em: https://www.semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_inclusiva_breve_contexto_historico_das_mudancas_de_paradigmas.pdf. Acesso em 02 de julho de 2024.

FERREIRA, Felipe. **Educação Inclusiva: conheça os princípios e saiba como colocar em prática**. PROESC, 3 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/> . Acesso em 04 de agosto de 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006, 103p.

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim; et al. / **Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais**. / Maria de Fátima Joaquim Minetto ET ALL – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

OLIVEIRA, Gilmar Antônio de et al. Considerações Sobre Educação Inclusiva. Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia. V.13, N. 46, p. 446-458, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1901/2904>. Acesso dia 10 de julho de 2024.

OLIVEIRA, Janaína Brum de; ZIESMANN, Cleusa Inês; GUILHERME, Alexandre Anselmo. **Educação inclusiva: (re)pensando a formação de professores**. 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão, 2017, p. 306- 323.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. p. 522-545, março de 2017.

PEREIRA, Aline Grazielle Santos Soares; SANTANA, Crislayne Lima; SANTANA, Cristiano Lima Santana. **Educação Especial no Brasil: acontecimentos históricos**. 2012, p. 11 e 12.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial**. Revista de Educação do IDEAU, Vol. 5, Nº 12, julho - dezembro 2010. Disponível em: https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/02839f232c38b58c9b9915aae8e7a0d8168_1.pdf. Acesso em 01 de agosto de 2024.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Atendimento Educacional Especializado**. Assistiva: tecnologia e educação, 2024. Disponível em: <https://assistiva.com.br/>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

